



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**CERTIDÃO Nº 2848/2020  
LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000**

**CERTIFICAMOS**, nos termos da Resolução TCE nº 1089/2018 e Instrução Normativa TCE nº 04/2018, com base nos dados contidos no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC), para fins de cumprimento ao disposto no art. 21, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Resolução do Senado Federal nº 043/2001, que o **Município de CHUVISCA** apresentou, em relação às contas da Gestão Fiscal, os seguintes dados:

**Último exercício analisado - 2018:**

**Cumpriu** com o disposto no(s) seguinte(s) artigo(s) da Constituição Federal/88: 167, III (conforme estabelecido no art. 53, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000).

**Cumpriu** com o disposto no(s) seguinte(s) artigos da Lei Complementar nº 101/2000: 11; 23; 33; 37; 52; 55, §2º.

No exercício de 2018, a despesa com pessoal foi de R\$ 8.543.937,41 no Poder Executivo Municipal e de R\$ 480.195,92 no Poder Legislativo, correspondendo, respectivamente, a **51,76%** e **2,91%** da Receita Corrente Líquida-RCL (R\$ 16.505.493,70).

**Exercício em análise - 2019:**

**Cumpriu** com o disposto no(s) seguinte(s) artigo(s) da Constituição Federal/88: 167, III (conforme estabelecido no art. 53, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000).

**Cumpriu** com o disposto no(s) seguinte(s) artigos da Lei Complementar nº 101/2000: 11; 23; 52; 55, §2º.

No exercício de 2019, a despesa com pessoal foi de R\$ 8.825.645,19 no Poder Executivo Municipal e de R\$ 485.583,06 no Poder Legislativo, correspondente, respectivamente, a **48,49%** e **2,67%** da Receita corrente Líquida-RCL (R\$ 18.201.051,27).

Esta Certidão é válida até 31-07-2020, estando condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www1.tce.rs.gov.br/certidao/lrf>, nos termos do §2º do art. 4º da Instrução Normativa nº 04/2018.

Por conta da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2238, encontra-se suspensa a aplicação do contido no § 2º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalva-se, contudo, que a situação ora certificada não dispensa o exame a ser realizado sobre a mesma matéria nas contas do referido Executivo Municipal no respectivo exercício, em face das competências constitucionais desta Corte de Contas.

DCF/Gab., em 17-03-2020.



**Everaldo Ranicheski**

Diretor de Controle e Fiscalização.

*Código de Autenticação  
UESA4-SACG7-RYXO2*